

SISTEMA



PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO



# REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR

ESPECIAL DOMÉSTICAS

Abril 2018

CARTEIRA DE TRABALHO  
E  
PREVIDÊNCIA

**GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA**

Rui Costa dos Santos

**SECRETARIA DO PLANEJAMENTO**

Antonio Henrique de Souza Moreira

**SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS  
ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA**

Eliana Boaventura – Diretora-geral

Armando Affonso de Castro Neto – Diretor de  
Pesquisas

Jonatas Silva do Espírito Santo – Coordenador

de Pesquisas Sistemáticas e Especiais

Ana Maria de Sales Guerreiro –

Coordenadora Técnica

**SECRETARIA DO TRABALHO,  
EMPREGO, RENDA E ESPORTE**

Vicente José de Lima Neto

**FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL  
DE ANÁLISE DE DADOS**

Maria Helena Guimarães de

Castro – Diretora Executiva

Maria Alice B. Cutrim – Coordenadora  
do Sistema PED

**DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE  
ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS**

Bernardino Jesus de Brito – Presidente

Clemente Ganz Lúcio – Diretor Técnico

Ana Georgina Dias – Supervisora Regional da Bahia

Lúcia Garcia – Coordenadora do Sistema PED

Ana Margaret Silva Simões –

Coordenação Técnica da PEDRMS

**EQUIPE TÉCNICA DA PEDRMS**

Ana Margaret Silva Simões

Ana Maria de Sales Guerreiro

Hildete Karla Borba Andrade

Jonatas Silva do Espírito Santo

Lívia Silva Sousa

Luiz Chateaubriand C. dos Santos

Marcos dos Santos Oliveira

**COORDENAÇÃO DE BIBLIOTECA E  
DOCUMENTAÇÃO (SEI)**

NORMALIZAÇÃO

Eliana Marta Gomes Silva Sousa

**COORDENAÇÃO DE DISSEMINAÇÃO  
DE INFORMAÇÕES (SEI)**

Augusto Cezar Pereira Orrico

EDITORIA-GERAL

COORDENAÇÃO DE PRODUÇÃO EDITORIAL

Elisabete Cristina Teixeira Barretto

EDITORIA DE ARTE E DE ESTILO

Ludmila Nagamatsu

DESIGN GRÁFICO

Rita Assis

Nando Cordeiro

REVISÃO

Alcione Zanca

EDITORAÇÃO

Adir Filho

FOTO CAPA

Agecom

# SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	3
--------------	---

EMPREGO DOMÉSTICO NA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR	5
--	---

Evolução estrutura da ocupação	6
--------------------------------	---

Perfil das Empregadas Domésticas	8
----------------------------------	---

Rendimento e Jornada	9
----------------------	---

Contribuição para a Previdência Social	12
--	----

NOTAS METODOLÓGICAS	14
---------------------	----

Principais conceitos	14
----------------------	----

Principais indicadores	15
------------------------	----







A Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Salvador (PEDRMS)<sup>1</sup> produz informações sobre a estrutura e dinâmica do mercado de trabalho desta região, através de um levantamento mensal e sistemático sobre o emprego, o desemprego e os rendimentos do trabalho. Ao contrário de outras pesquisas, sua metodologia<sup>2</sup>, ao privilegiar a condição de procura de trabalho na caracterização da situação ocupacional dos indivíduos, permite captar formas de desemprego que são próprias de mercados de trabalho estruturalmente heterogêneos, como é o caso do brasileiro. Assim, através dela, pode-se evidenciar, além do desemprego aberto (o mais comum e conhecido), o desemprego oculto — por trabalho precário ou desalento<sup>3</sup>.

A PEDRMS é uma iniciativa do Governo do Estado da Bahia, através da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), órgão da Secretaria do Planejamento (Seplan), e da Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (Setre), em parceria com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade) e a Universidade Federal da Bahia (UFBA), através da Faculdade de Ciências Econômicas, esta última, até outubro de 2009. A pesquisa é

financiada com recursos orçamentários do tesouro do estado da Bahia e do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), através do Sistema Nacional de Emprego (Sine-BA), conforme a Resolução nº 55, de 4 de janeiro 1994, do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat).

A PED coleta informações mensalmente através de entrevistas com os moradores de 10 anos de idade ou mais, em 2.500 domicílios da Região Metropolitana de Salvador, resultando na aplicação de cerca de 9.000 questionários/mês.

A PEDRMS permite o acompanhamento de aspectos quantitativos e qualitativos da evolução do mercado de trabalho local. Seus resultados fornecem preciosas informações para a atuação de gestores do setor público, trabalhadores, empresários, estudiosos do mercado de trabalho, permitindo-lhes elementos essenciais para a tomada de decisões, não apenas no que se refere à área do trabalho, mas também as concernentes ao campo econômico e à política de emprego de um modo geral.

Pesquisas semelhantes, do ponto de vista metodológico, também são realizadas nas seguintes regiões metropolitanas: São Paulo (desde 1985), Porto Alegre (desde 1991), Distrito Federal (desde 1992), Belo Horizonte (desde 1994), Recife (desde 1997) e Fortaleza (2008). Essa metodologia comum foi desenvolvida pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) e pela Fundação Seade – órgão da Secretaria de Planejamento do Governo do Estado de São Paulo –, que acompanham, sistematicamente, a sua aplicação em todas essas regiões.

1 Essa pesquisa já foi realizada anteriormente na RMS, no período 1987/1989. A sua retomada deu-se a partir de julho de 1996, com três meses de “pesquisa piloto”, em que uma amostra menor que a da pesquisa definitiva possibilitou o treinamento de todo o pessoal envolvido, além de testar o funcionamento de todas as partes do trabalho. Desde outubro de 1996, a “pesquisa plena” vem sendo desenvolvida, de forma a permitir avaliações e análises do mercado de trabalho da RMS, a partir do trimestre outubro-dezembro de 1996.

2 Sobre a metodologia utilizada na pesquisa, ver: TROYANO, A. A. et al. A necessidade de uma nova conceituação de emprego e desemprego: a pesquisa FUNDAÇÃO SEADE/DIEESE. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 2-6, jan./abr. 1985.  
\_\_\_\_\_. A trajetória de uma pesquisa: avanços e obstáculos. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 4, n. 3/4, p. 69-74, jul./dez. 1990.  
\_\_\_\_\_. Pesquisa de emprego e desemprego: metodologia, conceitos e aferições dos resultados. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 6, n. 4, p. 123-134, out./dez. 1992.

3 Esses e outros conceitos utilizados na pesquisa estão definidos nas notas metodológicas.







# O EMPREGO DOMÉSTICO NA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR

O Emprego Doméstico persiste como um importante espaço de inserção produtiva para as mulheres no Brasil, particularmente, na Região Metropolitana de Salvador, onde aproximadamente 16,0% de todas as mulheres ocupadas são trabalhadoras domésticas. Nos últimos anos, esse espaço de trabalho foi objeto de várias iniciativas de regularização e normatização, principalmente a partir de 2013, quando foi aprovada a Emenda Constitucional nº 72, que ampliou os direitos dos empregados domésticos – como proteção do salário, jornada máxima, horas extras, segurança do trabalho, FGTS obrigatório, entre outros, cuja regulamentação ocorreu em 2015 com a Lei Complementar nº 150.

Entretanto, relações de trabalho precárias e instáveis ainda são uma das características marcantes do segmento, com parcelas importantes de trabalhadoras sujeitas a longas e desgastantes jornadas de trabalho, baixa remuneração e ausência de proteção da Previdência Social. Nesse contexto, a regulamentação da ocupação gerou diversos questionamentos com relação ao impacto dessas medidas sobre o nível de emprego e sobre as relações laborais nos serviços domésticos. Desde então, o nível de emprego doméstico cresceu em 2014 (3,4%), diminuiu em 2015 (-7,4%), não se alterou em 2016 e voltou a diminuir em 2017 (-1,8%), porém, a contratação formalizada tem aumentado ininterruptamente, mesmo em um ambiente de crise, contrariamente ao que ocorre com a ocupação em geral. Isso mostra que, ao longo do tempo, no segmento doméstico, além do crescimento do emprego formalizado, o ajuste se deu numa combinação do aumento do número

de empregadas domésticas diaristas e declínio das mensalistas sem carteira de trabalho assinada.

Apesar de se manter como um importante espaço de trabalho para as mulheres, o emprego doméstico diminuiu o peso na estrutura ocupacional delas ao longo do tempo. Em 1997, o segmento respondia por 22,2% da ocupação feminina e, em 2017, a participação do trabalho doméstico passou a responder por 16,2%. Além disso, no último ano, o comportamento do número de trabalhadoras domésticas em relação ao ano anterior foi contrário ao que ocorreu com o contingente feminino ocupado, que cresceu.

Embora o rendimento médio real por hora trabalhada tenha crescido (2,9%) de 2016 para 2017 para as mulheres em geral, declinou 0,5% para as ocupadas no emprego doméstico. Entre as formas de contratação de trabalho doméstico, houve redução do valor da hora trabalhada para as trabalhadoras mensalistas sem carteira assinada e relativa estabilidade para as mensalistas com carteira e as diaristas.

Para analisar o trabalho doméstico remunerado foram utilizadas as informações captadas pela Pesquisa de Emprego e Desemprego da Região Metropolitana de Salvador (PED-RMS), realizada pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) em parceria com o Dieese, a Fundação Seade do Estado de São Paulo, a Setre, com apoio do MTb/FAT, comparando os resultados de 2017 com outros anos da série histórica iniciada em 1997.

Neste estudo, foram analisadas apenas as informações das mulheres no emprego doméstico, como maneira de melhor entender esse segmento em situações típicas; uma vez que os homens, além de comporem uma parcela muito pequena, costumam exercer atividades com características bastante distintas das desempenhadas pelas mulheres, como as de motorista e jardineiro.

### Evolução da estrutura da ocupação

As mulheres respondem pela quase totalidade das posições de trabalho dos serviços domésticos na Região Metropolitana de Salvador. Em 2017, 96,8% daqueles postos estavam sendo ocupados por cerca de 111 mil trabalhadoras. Essas mulheres eram contratadas, principalmente, para realizarem atividades de serviços gerais nos domicílios, com e sem carteira de trabalho assinada, ou trabalhavam como diaristas.

Após um longo período, entre 2002 e 2010, em que houve redução da importância do emprego doméstico remunerado na estrutura ocupacional das mulheres, o segmento apresentou estabilidade entre os anos 2011 e 2014 e vem flutuando desde então. Em 2017, a participação do trabalho doméstico diminuiu em relação ao ano anterior, passando a responder por 16,2% do total da ocupação feminina.

Entre 2016 e 2017, enquanto o nível de ocupação aumentou para as mulheres, houve declínio para as empregadas domésticas (-1,8%), derivado da retração do contingente de mensalistas

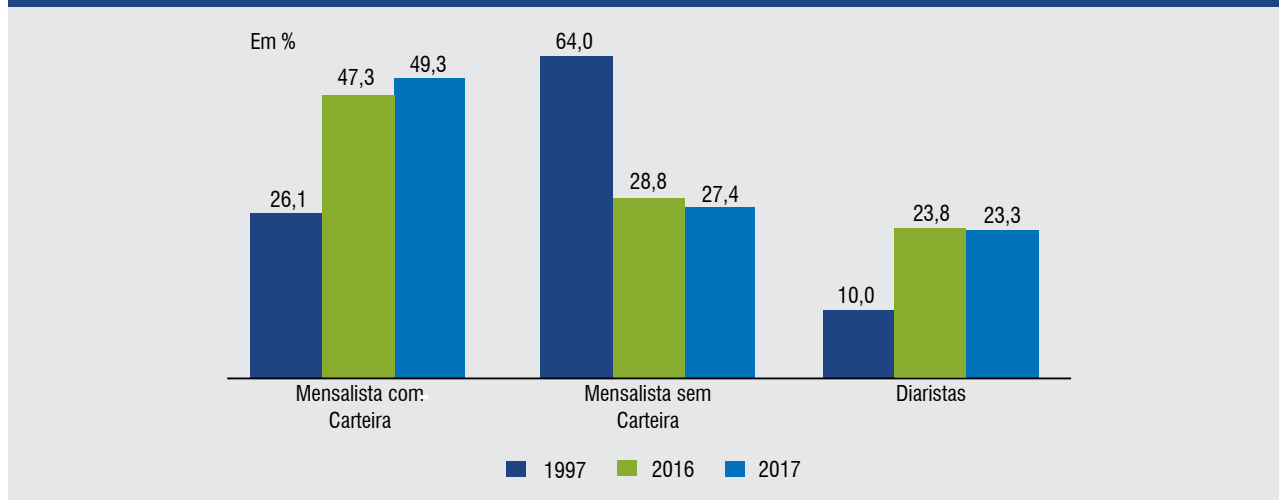
sem carteira de trabalho assinada (-6,5%) e de diaristas (-3,8%). Por outro lado, cresceu o emprego mensalista com carteira assinada (2,4%). Cabe destacar que o crescimento do emprego mensalista com carteira assinada, frente à retração das duas outras modalidades, em especial a redução entre as diaristas, mostra uma tendência reversa ao que ocorreu com a ocupação em geral nesse contexto de crise, onde o emprego formalizado perdeu espaço para formas de inserção mais precárias.

Ao longo da série histórica anual da PED-RMS, iniciada em 1997, houve aumento da formalização das relações de trabalho no emprego doméstico, acompanhando o movimento observado no mercado de trabalho no Brasil. Para as empregadas domésticas, o processo de formalização foi mais intenso a partir de 2010 (Gráfico 2). Entre 1997 e 2017, o número de trabalhadoras mensalistas com carteira de trabalho assinada pelo empregador cresceu 96,0%, a ocupação doméstica como diarista elevou-se 141,7% e a de mensalistas sem carteira assinada diminuiu 55,6% no mesmo período.

A ampliação da participação de diaristas no contingente de trabalhadoras domésticas e a drástica redução do percentual de empregadas domésticas que residiam no domicílio dos empregadores configuraram-se em alterações significativas nas relações de trabalho no emprego doméstico. As diaristas, que representavam 10,0% das trabalhadoras do segmento em 1997, elevaram esse percentual

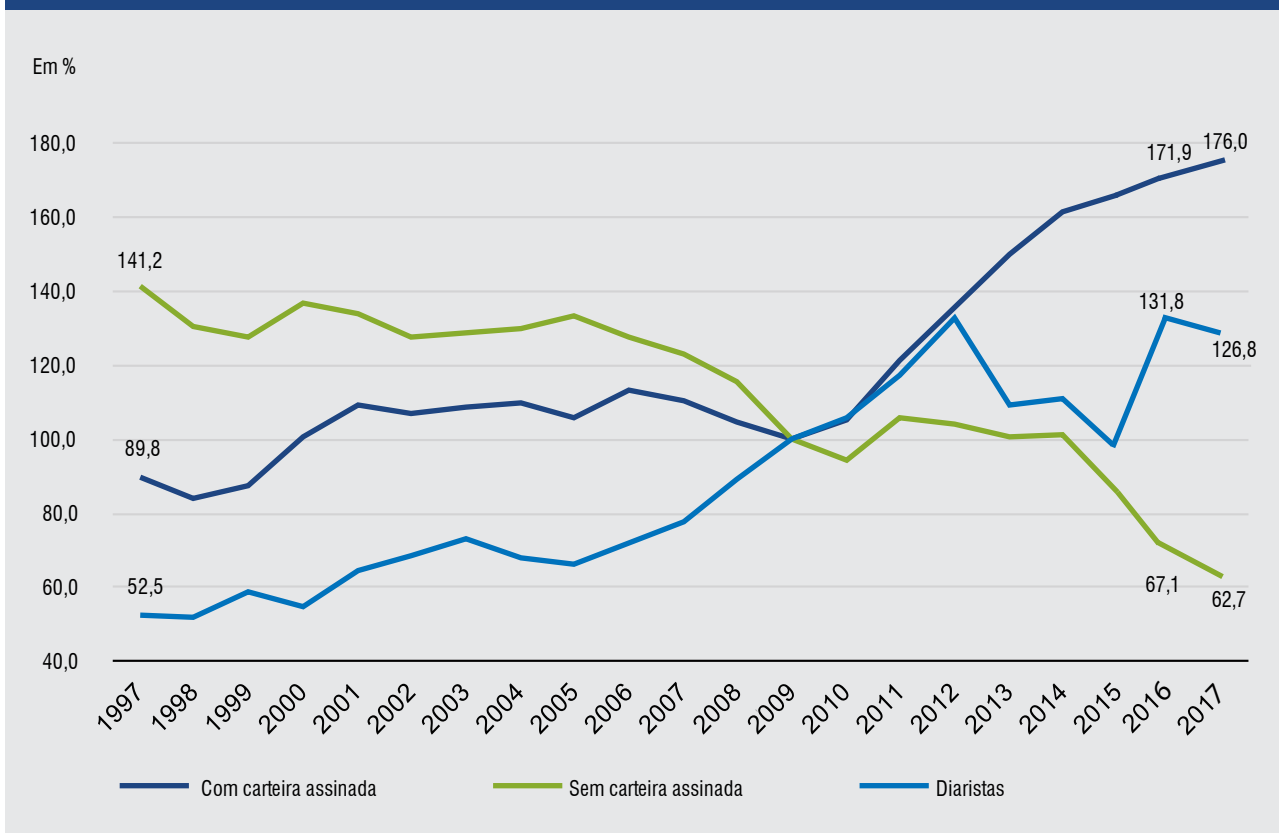


**Gráfico 1**  
Distribuição das mulheres empregadas domésticas, por posição na ocupação Região Metropolitana de Salvador – 1997, 2016 e 2017



Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTb/FAT).

**Gráfico 2**  
Índices do nível de ocupação das mulheres empregadas domésticas, por posição na ocupação Região Metropolitana de Salvador – 1997/2017



Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTb/FAT).

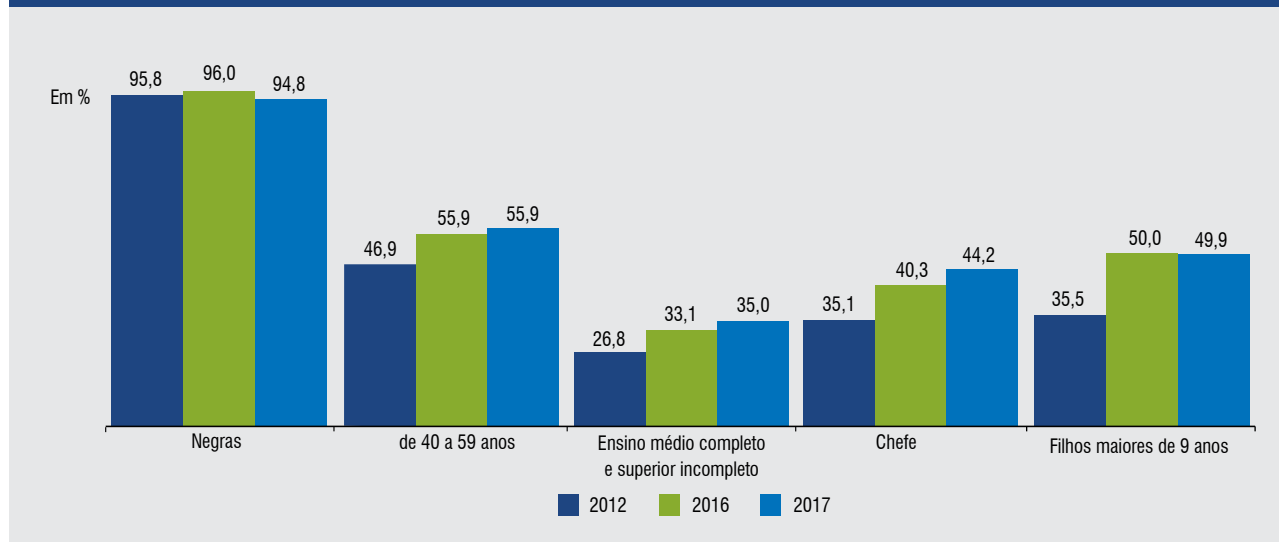
para 23,3% em 2017; e as domésticas que residiam no domicílio dos empregadores decresceram de 41,5% do total de trabalhadoras domésticas em 1997 para 0,6% em 2017.

O crescimento do emprego doméstico mensalista com carteira de trabalho assinada ocorre há oito anos consecutivos, passando a responder por 49,3% da ocupação doméstica em 2017. Essa proporção era de 47,3%, em 2016, e de 26,1%, em 1997. A despeito do crescimento da participação do contingente formalizado, a proporção de empregadas domésticas sem carteira assinada permanece elevada (27,4%) (Gráfico 1), o que aponta para a relevância da continuidade da regulamentação e da efetiva implementação de medidas relativas ao trabalho doméstico.

## Perfil das Empregadas Domésticas

Embora as mulheres que laboram no emprego doméstico tenham menos escolaridade que o contingente feminino ocupado, seu nível de instrução tem se elevado ao longo do tempo. Em 2012, 26,8% dessas mulheres tinham nível médio completo ou superior incompleto; em 2017, esse percentual se elevou para 35,0%. Mesmo com as constantes melhorias no nível de escolaridade, a parcela de empregadas domésticas que tem apenas o nível fundamental incompleto ainda é significativa, 32,1% (Gráfico 3). Destaca-se que as trabalhadoras domésticas com carteira assinada têm nível de instrução um pouco mais elevado que o da média das empregadas domésticas (Tabela 4 do Anexo Estatístico).

**Gráfico 3**  
Distribuição das mulheres empregadas domésticas, segundo características sociodemográficas  
Região Metropolitana de Salvador – 2012, 2016 e 2017



Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTb/FAT).

Em 2017, a maioria das trabalhadoras no emprego doméstico estava na faixa etária entre 40 e 49 anos (35,4%), seguida daquelas entre 25 e 39 anos (34,6%). Essa parcela com 25 a 39 anos de idade vem diminuindo sua expressão relativa no conjunto da população no emprego doméstico,

em razão do crescimento da magnitude da categoria com 40 anos e mais. As mulheres com mais idade (entre 40 e 59 anos) respondiam por 46,9%, em 2012, e passaram a representar 57,6% em 2017. A elevação da faixa etária das empregadas domésticas implica diretamente a mudança no

número de filhos e na idade dos filhos da maior parte delas. Em 2012, 35,5% das empregadas domésticas tinham filhos acima de 9 anos e, em 2017, essa proporção aumentou para 49,9%.

Considerando as características de raça ou cor das empregadas domésticas, verifica-se esmagadora maioria de mulheres negras. Em 2012, 95,8% das empregadas domésticas eram negras, passando para 94,8% em 2017 (Gráfico 3). Com relação à posição na família, predomina a condição de chefe de domicílio (44,2%), embora a parcela de mulheres cônjuge seja equivalente (44,0%).

Chama a atenção a inserção ocupacional menos favorável quanto aos direitos trabalhistas para as chefes de domicílio, dado que elas tinham a maior participação entre as domésticas diaristas (46,6%), diverso do que ocorre com as mensalistas com carteira assinada, em que a maior proporção era de cônjuges (46,4%) (Tabela 4 do Anexo Estatístico). Em relação ao local de moradia das trabalhadoras domésticas da RMS, observa-se que 84,1% delas residiam e trabalhavam no município de Salvador em 2017, proporção ligeiramente superior que a registrada no ano anterior (83,4%). Destaca-se que, em 2017, essa proporção foi maior entre as

**Tabela 1**  
Distribuição das mulheres empregadas domésticas, por posição na ocupação, segundo região de moradia e região de trabalho – Região Metropolitana de Salvador – 2016/2017

Período e região de moradia	Total	Mensalistas		Diaristas
		Com carteira assinada	Sem carteira assinada	
2016				
RMS	100,0	100,0	100,0	100,0
Reside e trabalha no mesmo município	94,3	92,8	95,3	96,0
No município de Salvador	83,4	84,2	81,0	84,6
Fora do município de Salvador	10,9	(1)	(1)	(1)
Reside e trabalha em municípios distintos	(1)	(1)	(1)	(1)
Reside no município de Salvador	(1)	(1)	(1)	(1)
Reside fora do município de Salvador	(1)	(1)	(1)	(1)
2017				
RMS	100,0	100,0	100,0	100,0
Reside e trabalha no mesmo município	94,9	94,0	96,6	94,9
No município de Salvador	84,1	86,0	82,6	81,9
Fora do município de Salvador	10,8	(1)	(1)	(1)
Reside e trabalha em municípios distintos	(1)	(1)	(1)	(1)
Reside no município de Salvador	(1)	(1)	(1)	(1)
Reside fora do município de Salvador	(1)	(1)	(1)	(1)

Fonte: PEDRMS – Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTb/FAT.  
(1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

trabalhadoras com carteira de trabalho assinada (86,0%) que entre as sem registro em carteira (82,6%) e as diaristas (81,9%). Na RMS, 94,9% das trabalhadoras domésticas residiam e trabalhavam no mesmo município, percentual pouco mais

elevado que o observado no ano de 2016, que foi de 94,3% (Tabela 1). Ainda que a proporção das que residem e trabalham em municípios distintos permaneça pequena, parcela importante delas – mesmo as que moram e trabalham no mesmo



município – se desloca de regiões mais periféricas para trabalhar em áreas mais centrais, tendo que percorrer penosos e longos trajetos diariamente.

## Rendimento e Jornada

A média da jornada de trabalho das trabalhadoras domésticas apresentou tendência à redução ao longo da última década, especialmente após as sucessivas alterações da regulamentação do trabalho doméstico, que culminaram com a Lei Complementar nº 150/2015, que dispõe sobre o contrato de trabalho doméstico e estabelece, entre outros assuntos, o limite da jornada em 44 horas por semana e a remuneração pelas horas excedentes. No ano de 2017, a média da jornada das trabalhadoras foi de 37 horas por semana, uma hora a mais que a praticada em 2016.

O aumento da jornada média resultou do acréscimo de duas horas na jornada de trabalho das trabalhadoras sem carteira assinada (de 34, em 2016, para 36 horas/semana em 2017) e da

redução de uma hora na jornada de trabalho entre as diaristas (de 22 para 21 horas/semana). As domésticas mensalistas com carteira de trabalho assinada persistem com as jornadas mais longas. Em 2017, a jornada média dessas trabalhadoras permaneceu no limite legal de 44 horas, cerca de 23 horas a mais que a das diaristas e de 8 horas a mais que as mensalistas contratadas sem registro em carteira.

As frequentes reduções na média de horas trabalhadas na última década têm sido importantes para a melhoria da inserção das empregadas domésticas, especialmente para aquelas que têm carteira de trabalho assinada. Essas trabalhadoras tinham, em 2009, jornada média de 50 horas/semana (Gráfico 4) e 78,9% do seu contingente trabalhavam mais de 44 horas semanais. Embora as jornadas das mensalistas com carteira assinada venham se reduzindo, 47,3% das trabalhadoras persistem com jornadas acima das 44 horas estabelecidas legalmente (Tabela 15 do Anexo Estatístico).

**Tabela 2**  
Jornada média semanal trabalhada (1) e rendimento médio real por hora das mulheres empregadas domésticas (2), por posição na ocupação – Região Metropolitana de Salvador – 2016/2017

Indicadores	Total	Mensalistas		Diaristas
		Com carteira assinada	Sem carteira assinada	
2016				
Jornada média semanal (em horas)	36	44	34	22
Rendimento médio real (3) por hora (em reais)	5,39	5,24	4,77	6,95
2017				
Jornada média semanal (em horas)	37	44	36	21
Rendimento médio real (3) por hora (em reais)	5,37	5,25	4,69	6,97
Variação 2016/2015				
Jornada média semanal (em horas)	1	0	2	-1
Rendimento médio real (3) por hora (em %)	-0,5	0,1	-1,7	0,2

Fonte: PEDRMS – Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTb/FAT.

(1) Exclui as empregadas domésticas que não trabalharam na semana.

(2) Excluem as empregadas domésticas que não trabalharam na semana; as empregadas domésticas assalariadas que não tiveram remuneração no mês; e as empregadas domésticas que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.

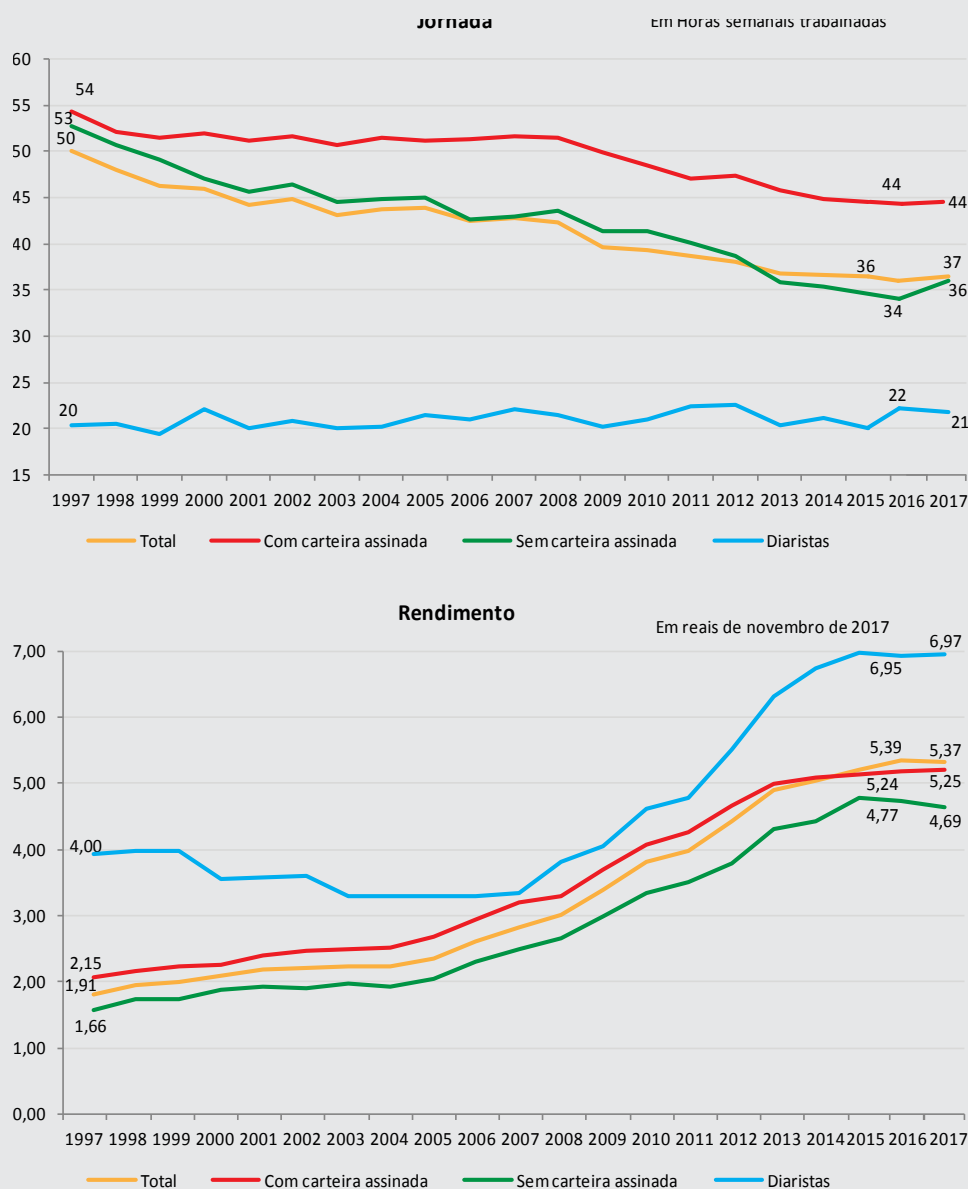
(3) Valores em reais de novembro de 2017.

Diferente do que vinha ocorrendo desde 2005, o rendimento médio real por hora trabalhada das mulheres no trabalho doméstico declinou 0,5%

em 2017, embora tenha crescido (2,9%) para as mulheres ocupadas em geral. Entre as formas de contratação de trabalho doméstico, houve

**Gráfico 4**

**Evolução da jornada média semanal trabalhada(1) e do rendimento médio real por hora trabalhada(2) das mulheres empregadas domésticas, segundo posição na ocupação Região Metropolitana de Salvador – 1997-2017**



Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTb/FAT).

(1) Exclusive empregadas domésticas que não trabalharam na semana

(2) Exclusive as empregadas domésticas assalariadas que não tiveram remuneração no mês e as empregadas domésticas que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício. Exclusive as empregadas domésticas que não trabalharam na semana. Inflator utilizado – IPC – SEI.

redução do valor da hora trabalhada para as trabalhadoras mensalistas sem carteira assinada (-1,7%) e relativa estabilidade para as mensalistas com carteira (0,1%) e as diaristas (0,2%) (Tabela 2).

O rendimento médio real por hora de trabalho do conjunto das trabalhadoras domésticas só apresentou pequena oscilação negativa ao longo da série histórica anual da PED-RMS em duas ocasiões: em 2004 e em 2017. Contudo, entre as mensalistas com carteira assinada, constatou-se acréscimo do rendimento médio real por hora trabalhada em todos os anos da série, enquanto que nas formas mais precárias de contratação constatou-se quatro anos de perda de rendimento médio real para as mensalistas sem carteira (2002, 2004, 2016 e 2017) e para as diaristas (1999, 2003, 2005 e 2016) (Gráfico 4).

### Contribuição para a Previdência Social

No passado recente, as melhorias de rendimento médio proporcionadas pelos avanços da regulamentação da ocupação, pelo comportamento do nível de emprego e pela Política de Valorização do Salário Mínimo vigente em parte do período, suscitaram algumas especulações acerca de que essas ações levariam à redução da formalização para as empregadas domésticas. Entretanto, o que se observou foi que o movimento de formalização elevou a parcela de domésticas com contribuição à previdência

mesmo em conjuntura de desaquecimento do mercado de trabalho. Em 2012, apenas 39,8% das domésticas contribuíam para a Previdência, em 2016 essa proporção era de 54,4% e, em 2017, se ampliou para 55,0%. Todavia, esse aumento decorreu apenas da parcela formalizada do emprego doméstico mensalista, pois chama a atenção o quadro de quase total exclusão de acesso a direitos trabalhistas e previdenciários das trabalhadoras domésticas mensalistas sem carteira assinada (93,6%) e das diaristas (82,2%) (Tabela 3).

Diante desses fatos, torna-se importante assegurar o incentivo à formalização do trabalho doméstico e o cumprimento dos novos direitos contemplados na legislação para as mensalistas, para que o movimento que vem ocorrendo desde 2010 tenha continuidade, ou seja, elevação do contingente com carteira de trabalho assinada e redução daquele sem registro em carteira. Além de fortalecer mecanismos que desestimulem a substituição de mensalistas por diaristas como forma de desobrigação das novas regras por parte de seus empregadores.

Nesse sentido, a criação de dispositivos que facilitem a contribuição e o acesso aos benefícios sociais às diaristas é fundamental, principalmente por se constatar que essa parcela de trabalhadoras domésticas aumentou significativamente sua presença no contingente de ocupadas em anos recentes.



**Tabela 3**  
**Distribuição das mulheres empregadas domésticas, por posição na ocupação, segundo contribuição para a Previdência Social – Região Metropolitana de Salvador – 2012/2017**

Contribuição para a Previdência Social	Total	Mensalistas		Diaristas
		Com carteira assinada	Sem carteira assinada	
2012				
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
Contribui	39,8	99,3	(1)	(1)
Não contribui	60,2	(1)	94	89,7
2015				
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
Contribui	51,8	99,5	(1)	(1)
Não contribui	48,2	(1)	91,8	81,3
2016				
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
Contribui	54,4	98,9	(1)	(1)
Não contribui	45,6	(1)	88,6	81,9
2017				
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
Contribui	55,0	99,5	(1)	(1)
Não contribui	45,0	(1)	93,6	82,2

Fonte: PEDRMS – Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTb/FAT.  
 (1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

# NOTAS METODOLÓGICAS

**Plano amostral** – A pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana Salvador (PEDRMS) tem como unidade amostral o domicílio da área urbana dos dez municípios que compõem essa região: Camaçari, Candeias, Dias D'Ávila, Itaparica, Lauro de Freitas, Madre de Deus, Salvador, São Francisco do Conde, Simões Filho e Vera Cruz. Esses municípios estão subdivididos em 17 distritos, 22 subdistritos, 165 Zonas de Informação (ZI) e 2.243 Setores Censitários (SC). A metodologia de sorteio produz uma amostra equiproporcional em dois estágios, sendo os setores censitários sorteados dentro de cada ZI e os domicílios dentro de cada SC. As informações de interesse da pesquisa são coletadas mensalmente através de entrevistas realizadas com os moradores de 10 anos de idade ou mais, em aproximadamente 2.500 domicílios, que representam uma fração amostral de 0,35% do total de domicílios da RMS. Em alguns casos, a significância pode chegar no nível municipal.

**Médias trimestrais** – Os resultados são divulgados mensalmente e expressam médias trimestrais móveis dos indicadores produzidos. Isto significa que as informações referentes a determinado mês representam a média dos dados coletados no último mês e nos dois meses que o antecederam.

**Revisão de índice** – A partir de janeiro de 2007, as séries de índices das tabelas 1, 5 e 17 foram revisadas com base nas novas estimativas demográficas, obtidas através do Censo realizado pelo IBGE em 2000.

## Principais conceitos

**PIA** – População em Idade Ativa: corresponde à população com 10 anos ou mais.

**PEA** – População Economicamente Ativa: parcela da PIA ocupada ou desempregada.

**Ocupados** – São os indivíduos que:

- Possuem trabalho remunerado exercido regularmente.
- Possuem trabalho remunerado exercido de forma irregular, desde que não estejam procurando trabalho diferente do atual. Excluem-se as pessoas que, não tendo procurado trabalho, exerceram de forma excepcional algum trabalho nos últimos 30 dias.
- Possuem trabalho não remunerado de ajuda em negócios de parentes, ou remunerado em espécie ou benefício, sem procura de trabalho.

**Desempregados** – São os indivíduos que se encontram numa das seguintes situações:

- Desemprego aberto: pessoas que procuraram trabalho de modo efetivo nos 30 dias anteriores ao da entrevista e não exerceram nenhum trabalho nos últimos sete dias.
- Desemprego oculto: (i) por trabalho precário: pessoas que realizam de forma irregular, ou seja, em caráter ocasional e eventual, algum trabalho remunerado (ou pessoas que realizam trabalho não remunerado em ajuda a negócios de parentes) e que procuraram mudar de trabalho nos 30 dias anteriores ao da entrevista, ou que, não tendo procurado neste período, o fizeram até 12 meses atrás; (ii) por desalento: pessoas que não possuem trabalho e nem procuraram nos últimos 30 dias, por desestímulos do mercado de trabalho ou por circunstâncias fortuitas, mas procuraram efetivamente trabalho nos últimos 12 meses.

**Inativos (maiores de 10 anos)** – Correspondem à parcela da PIA que não está ocupada ou desempregada.

**Rendimentos do trabalho** – É captado o rendimento monetário bruto (sem descontos de imposto de renda e previdência), efetivamente recebido, referente ao trabalho realizado no mês imediatamente anterior ao da pesquisa. Para os assalariados, são considerados os descontos por falta, ou acréscimos devido a horas extras, gratificações etc. Não são computados o 13º salário e os benefícios indiretos. Para os empregadores, autônomos e demais posições, é considerada a retirada mensal.

### Principais indicadores

**Taxa Global de Participação<sup>1</sup>** – É a relação entre a População Economicamente Ativa e a População em Idade Ativa (PEA/PIA). Indica a proporção de pessoas com 10 anos ou mais incorporadas ao mercado de trabalho, como ocupados ou desempregados.

**Taxa de Desemprego Total<sup>2</sup>** – Equivale à relação Desempregados/PEA e indica a proporção da PEA que se encontra na situação de desemprego aberto ou oculto. Todas as taxas de desemprego divulgadas, referentes a tipos específicos de desemprego (aberto ou oculto) ou a atributos pessoais selecionados, são calculadas como uma proporção da PEA.

<sup>1</sup>As taxas (desemprego, participação etc.) específicas, de acordo com atributos das pessoas (sexo, cor, idade, posição no domicílio), são calculadas como proporção do grupo de indivíduos com o mesmo atributo na PIA ou na PEA. A título de exemplo, a taxa de desemprego para os indivíduos com atributo X = desempregados com atributo X / PEA com atributo X.

**Rendimentos** – Divulga-se:

- a. Rendimento médio: refere-se à média trimestral do rendimento mensal real no trabalho principal. A média trimestral é calculada a partir de valores nominais mensais, inflacionados pelo IPC/SSA (SEI/Seplan), até o último mês do trimestre. Os dados de rendimento, investigados em cada mês, referem-se ao mês imediatamente anterior e, portanto, têm sempre essa defasagem em relação às demais informações da pesquisa. Assim, por exemplo, os dados apurados no trimestre maio/julho correspondem à média do período abril/junho, a preços de junho.
- b. Distribuição dos rendimentos: indica os valores máximos recebidos pelos 10% e 25% mais pobres, os valores mínimos recebidos pelos 25% e 10% mais ricos, e o rendimento mediano, que divide a população entre os 50% que têm os rendimentos mais baixos e os 50% que têm rendimentos mais altos.





SECRETARIA DE  
PLANEJAMENTO



Fundo de  
Amparo ao Trabalhador

Ministério do  
Trabalho e Emprego



ISSN 1679197-5

